

CPLP: rede global em língua portuguesa

É FREQUENTE OUVIR DIZER-SE que Portugal e o Brasil são as “locomotivas” da CPLP. É certo que estes dois países são os que têm maiores recursos e que a “cooperação” constitui um dos 3 vectores essenciais de actuação da organização. Contudo, também no âmbito da “concertação político-diplomática” e da “língua portuguesa” (os outros dois vectores) se atribui com demasiada frequência a Portugal e ao Brasil essa responsabilidade de “locomotivas” da CPLP.

Sem pôr em causa o inquestionável papel que estes dois Estados membros desempenham – e podem/devem desempenhar – no aprofundamento da CPLP, é, contudo, redutor pensar-se que a construção da organização se pode resumir fundamentalmente à acção dos seus dois países economicamente mais desenvolvidos.

Neste contexto, conviria recordar algumas das características próprias desta Comunidade, com o intuito de a perceber um pouco melhor.

Uma delas é que a antiga potência colonial não constitui o seu Estado “preponderante”, tendo Portugal sempre repudiado qualquer

tentativa de visão neocolonialista deste projecto, em cuja instituição indubitavelmente se empenhou. Por não ser completamente destituído de significado simbólico, assinala-se também aqui a circunstância de não ter Portugal – devido à natureza do seu regime – um chefe de Estado com prevista precedência protocolar entre os seus homólogos, o que não deixa de reforçar (neste contexto do simbólico) a posição do país de “par entre iguais”, em contraponto à posição de *primus inter pares* a que muitos monarcas frequentemente não deixam de estar associados.

Apesar de idealizada por muitos, no que diz respeito à efectiva constituição da CPLP, é por todos reconhecida a importância do papel desempenhado por um cidadão brasileiro, o embaixador Aparecido de Oliveira. Podendo considerar-se o Brasil – à escala dos países que constituem a Comunidade – a superpotência da CPLP, até ao presente momento as autoridades brasileiras nunca reivindicaram para si o acima referido papel de Estado “preponderante” da CPLP. Apesar do crescente protagonismo do Brasil na cena internacional, não se vislumbram igualmente sinais que

em termos de política externa – designadamente no seio da CPLP – possa o Brasil, ao modo americano, vir a oscilar entre posições de multilateralismo e unilateralismo. A ambição de aceder a um lugar de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU é, de resto, não só unanimemente apoiada por todos, e vista como um desígnio político-diplomático que, a concretizar-se, será benéfica para o conjunto dos oito Estados membros (Em) da CPLP.

Sem Estado “preponderante” que se assumia como tal, a CPLP possui ainda outras características que são determinantes na sua identificação: uma é o facto de ser constituída por um número relativamente reduzido de Estados; outra, a circunstância de a maioria dos seus membros estar ainda em estágios de desenvolvimento que os torna receptores da ajuda pública dos mais desenvolvidos. Do seu reduzido número de Em – apenas oito – resulta uma grande proximidade (apesar da descontinuidade geográfica) e dos seus diferentes níveis /desníveis de desenvolvimento resulta uma necessária solidariedade, constituindo a cooperação entre os mesmos vector incontornável da acção da Comunidade. Em conjugação com estes factores, a dispersão geográfica e as disparidades existentes em termos de tamanho e de população entre os Em contribuem para confirmar a noção de que a

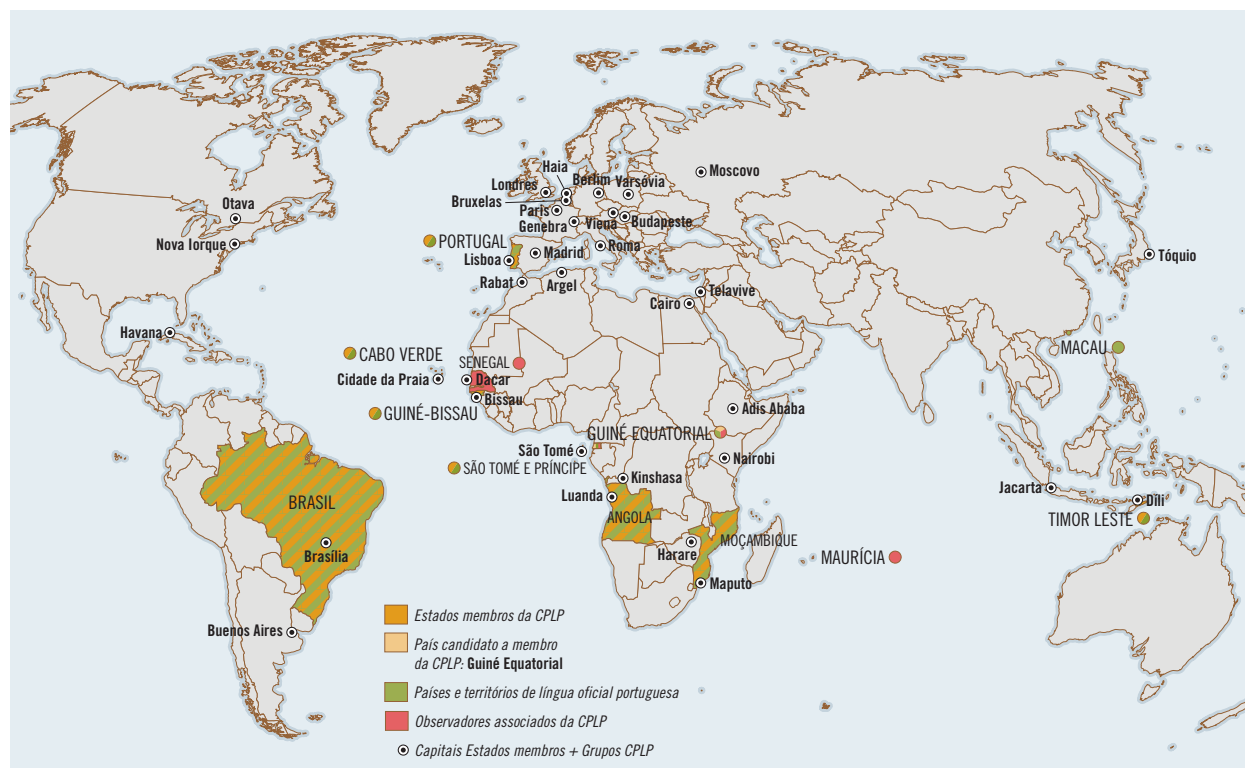
CPLP dificilmente poderia ser viável de outra forma se não tivesse adoptado também a clássica regra da tomada de decisões por consenso, correspondendo a cada Estado um voto.

As várias locomotivas da CPLP

Mais do que o resultado da “locomotiva Portugal-Brasil”, a CPLP é assim o produto da média de todos os factores que a caracterizam, podendo uma “visita” pela página oficial da Comunidade – www.cplp.org – certamente ajudar a melhor compreender a actividade da organização, dado nela estarem contidas todas as suas principais iniciativas e realizações. Constatar-se-á que a CPLP é, essencialmente, uma rede. Uma rede global de pessoas e de instituições em língua portuguesa. Uma rede de chefes de Estado e de governo, de parlamentos nacionais, de ministros dos Negócios Estrangeiros, de Ministérios sectoriais, de um considerável número de entidades públicas sob tutelas ministeriais, de presidentes de Supremos Tribunais de Justiça, Tribunais Administrativos, Tribunais de Contas, de chefes de Estado-Maior General, de governadores de Bancos Centrais, directores de Alfândegas, polícias, bombeiros, etc.

Sendo uma organização intergovernamental muito jovem – foi constituída apenas a 17 de Julho de 1996 – a CPLP, “locomotiva” pelos seus Estados membros, soube evoluir e aprofundar-se, acrescentando e incorporando outras “locomotivas” que a fizeram crescer. Exemplo disso mesmo são as várias revisões estatutárias efectuadas, que integraram novos órgãos na Organização, não previstos inicialmente aquando da instituição da CPLP: as Reuniões Ministeriais Sectoriais, a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação, o Instituto Internacional de Língua Portuguesa e a Assembleia Parlamentar.

Do crescimento e dinamismo da CPLP há a salientar ainda outro aspecto – outra locomotiva... – que atesta bem o sucesso alcançado pela Comunidade: a adesão da sociedade civil ao “projecto CPLP”. De forma espontânea, várias entidades da sociedade civil têm vindo a constituir organizações com as instituições congéneres existentes nos restantes países da CPLP. Por a marca “CPLP” ser propriedade dos Em que a compõem, várias “redes” têm sido constituídas sob a designação de “lusófonas” ou “...de Língua Portuguesa” por médicos, empresários, mulheres empresárias, sindicatos, jovens, advogados, fundações, igrejas,



Estados membros da CPLP, Observadores Associados e Grupos CPLP. Fonte: CPLP (www.cplp.org).

universidades, operadores de correios e telecomunicações, etc.

Sendo a CPLP uma organização de Estados, é contudo em benefício dos seus cidadãos que as suas actividades têm os seus destinatários últimos. Sem estar alheia à forma espontânea como a sociedade civil se tem organizado, a CPLP deu “luz verde” à realização do I Fórum da Sociedade Civil (através de uma Resolução, adoptada na Conferência de chefes de Estado e de Governo realizada em Luanda, a 22 de Julho de 2010), articulando-se já, de diversas formas, com alguns dos seus representantes, designadamente com os que possuem o estatuto de Observador Consultivo da CPLP.

Com uma Assembleia Parlamentar própria (a 1ª reunião deste órgão teve lugar em São Tomé e Príncipe, a 27 e 28 de Abril de 2009) e com a negociação de um “Estatuto do Cidadão da CPLP”, a Comunidade dá passos largos e contínuos que reforçam e estimulam a prática da democracia participativa entre os cidadãos dos Em, podendo (e devendo) a sociedade civil constituir-se, a par dos Estados, numa das mais poderosas “locomotivas” da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

A importância dos Estados e da sociedade civil

Definir a CPLP como uma organização intergovernamental e, simultaneamente, como uma rede global de pessoas e instituições em língua portuguesa poderá ajudar a não só melhor caracterizá-la, como também a melhor diferenciá-la face às outras organizações internacionais de que os Em também são parte, realçando-se deste modo a particular ligação que as populações e as sociedades civis dos diferentes países aparentam ter com esta “Comunidade”.

Uma e outra definição são, de resto, complementares, tendo a segunda a particular vantagem de alargar o campo de actuação da Organização, inclusivamente para fora das próprias fronteiras dos seus Em. A concepção da CPLP como uma “rede” permite mais facilmente, por exemplo, incluir *peças* e *instituições* da Galiza, de Macau e Goa, de várias comunidades existentes em países asiáticos onde a ligação com a língua portuguesa ainda é muito forte, bem como, naturalmente, com todos os emigrantes oriundos dos Em radicados fora do espaço da Comunidade.

Voluntária e/ou involuntariamente, os Estados impulsionam e fomentam a constituição

OS GRUPOS CPLP

Reconhecendo as vantagens inegáveis da actuação conjunta dos embaixadores da CPLP, na X Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, que teve lugar em Luanda em Julho de 2005, os Estados membros aprovaram a Resolução que criou os “Grupos CPLP”, grupos constituídos por um mínimo de três representantes dos países da Comunidade acreditados junto a governos ou organizações internacionais.

De acordo com a referida Resolução, as reuniões dos Grupos CPLP têm por objectivos, entre outros, coordenar posições relativamente a questões de interesse comum em discussão no seio de organizações internacionais; assegurar a representação da CPLP em conferências, seminários e outros eventos; efectuar diligências conjuntas sempre que tal lhes seja solicitado pela presidência em exercício da Organização; trocar informações sobre o posicionamento das autoridades ou organizações junto das quais se encontram acreditados em relação a temas e questões do interesse da Organização; bem como proceder à divulgação das actividades da CPLP.

Os Grupos CPLP têm igualmente promovido eventos de cariz cultural, como apresentações musicais, literárias, mostras de cinema, fotografia e conferências sobre aspectos da realidade dos Países de língua portuguesa, contribuindo assim para a promoção de uma política cultural comum da Comunidade. No momento, existem cerca de quarenta Grupos CPLP regularmente constituídos, que actuam com relativa autonomia, atendendo às circunstâncias dos países ou organizações internacionais junto aos quais se encontram acreditados.

dessa rede global em língua portuguesa, actuando muitas vezes, em simultâneo, em 3 planos distintos: dentro dos próprios países (junto das correspondentes entidades públicas e sociedades civis), dentro do espaço da Comunidade (fazendo inter-agir os 8 Estados) e fora da Comunidade, agindo no plano externo, junto da comunidade internacional.

Três das mais poderosas “locomotivas” da CPLP recentemente surgidas foram criadas no puro âmbito intergovernamental e, apesar de terem objectivos muito distintos, são todas elas susceptíveis de implementação nos 3 planos acima referidos: plano interno, intracomunitário e extracomunitário. A instituição da “Semana Cultural da CPLP”, do “Dia da

Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP” (5 de Maio) e a adopção do “Plano de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projectação da Língua Portuguesa” são exemplos de “locomotivas” que a sociedade civil e a “rede global em língua portuguesa” certamente irão aproveitar para construir e ampliar a Comunidade. A “Semana Cultural da CPLP” foi uma iniciativa instituída pela Guiné-Bissau em 2008, quando detinha a presidência *pro tempore* da Organização. Organizada consecutivamente a partir daquela data, desde a sua primeira edição tem crescido em dimensão e em número de actividades, tendo todo o potencial para continuar a conferir grande visibilidade à CPLP. Organizada pelos Em em Lisboa, no país sede da Organização, nada impede que a mesma possa no futuro vir a ser organizada em simultâneo nas outras capitais ou até em outras cidades dos Em, inclusive no estrangeiro, impulsionadas, por exemplo, pelos Grupos CPLP.

“**A CPLP é, essencialmente, uma rede (...) global de pessoas e de instituições em língua portuguesa.**”

O “Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP”, instituído pelos ministros dos Negócios Estrangeiros dos Oito a 20 de Julho de 2009, na Cidade da Praia, afigura-se como a data que, provavelmente, ganhará no futuro um estatuto equivalente ao dos dias em que os países celebram as suas datas nacionais, passando assim o dia 5 de Maio de cada ano a ser “genericamente” celebrado como o “Dia da CPLP”. A “adesão” à celebração desta data – logo em 2010, o primeiro ano após a sua instituição – assim o parece indicar, dado que a mesma foi festejada nos planos “interno”, “intra” e “extra” Comunidade.

Também o Plano de Acção de Brasília para a Promoção, Difusão e Projectação da Língua Portuguesa (adoptado pela VIª Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros, realizada em Brasília, a 31 de Maio de 2010) é susceptível de congregar acções nos 3 planos. No plano interno, por exemplo, promovendo-se a aplicação do Acordo Ortográfico em cada Em; no plano intracomunitário, adoptando-se as medidas previstas para o ensino da Língua Portuguesa no espaço da CPLP; e, no plano externo, promovendo-se a implantação do

português nas organizações internacionais. Os Estados e a sociedade civil têm assim a possibilidade de poder delinear várias redes e vários tipos de mapas da CPLP, para além do da geografia dos 8. Ao “mapa base” poder-se-á, por exemplo, acrescentar a rede dos Grupos CPLP. Poder-se-ão incluir os Observadores Associados. Ou os países candidatos a esse estatuto. Poder-se-ão incluir as diásporas dos Em espalhadas pelo mundo. Ou os países onde o português é ensinado como 2ª língua. No âmbito da sociedade civil, a recentemente criada Confederação Empresarial da CPLP (22 de Março de 2010) é ela própria susceptível de poder criar vários mapas sectoriais da presença lusófona no mundo: de companhias aéreas, de multinacionais, de órgãos de comunicação social, de bancos, etc. Registe-se igualmente o propósito de constituição de um Conselho Económico e Social da CPLP, iniciativa recentemente proposta (Julho de 2010) pela Confederação Empresarial da CPLP e pela Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa. Este constitui mais outro exemplo de como o aprofundamento da CPLP se efectua também na esfera civil, através de acções promovidas por vários dos seus intervenientes.

A importância da rede

É assim sobre esta “rede” em construção, sobre esta “infraestrutura” que os governos e as sociedades civis parecem querer construir em paralelo, que a CPLP parece surgir como uma mais-valia importante para quem, neste mundo cada vez mais globalizado, tem como factor identitário a língua portuguesa como língua materna.

Mais do que a soma da importância dos seus Estados membros, são as articulações por eles desenvolvidas que constituem o principal activo da CPLP, particularmente beneficiadas e valorizadas por se encontrarem inseridas em múltiplas matrizes geopolíticas e culturais.

Tal como para uma cidade – Lisboa, por exemplo – é importante o regular funcionamento de todas as suas “locomotivas” – o alfa pendular, os outros comboios de longa distância, os comboios suburbanos, o metropolitano, os novos eléctricos e o velho “28” – também para a CPLP o importante é o regular funcionamento da rede, locomovida através de todos os seus Estados membros. Independentemente do tamanho ou dos recursos do Estado em causa. ■